

## NOTÍCIAS

**Portugal melhora a competitividade**

**PGL: Dê uma volta à sua carreira**

**Nova edição do PDE**

**EFMD renova acreditação do Executive MBA AESE/IESE**

**AESE participa no Access MBA**

**Passaporte**

## AGENDA

**Racionalizar custos repensando as operações**

Lisboa, 11 de Outubro

**Multiculturalismo: contributo da China para a economia global**

Lisboa, 27 de Setembro

**A Fileira da Pasta e do Papel**

Ciclo "O Sector Florestal e a sua importância económica"  
Lisboa, 18 de Outubro

## OPINIÃO

**O que é o MBA?**

**Apoio solidário em cadeia**

## PANORAMA

**Um fundador da Greenpeace explica a sua mudança**

**O futuro do microcrédito**

**Cimeira mundial do microcrédito em 2011**

## DOCUMENTAÇÃO

**A mortalidade materna reduziu-se mais do que se esperava**

**Atender as pessoas dependentes exigirá mais gastos e prestadores**

**Os cuidados paliativos, uma carência nos países em desenvolvimento**

## WORD CLOUD



07 DE SETEMBRO

APRESENTAÇÃO DO GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2011-12

## Portugal melhora a competitividade

O Global Competitiveness Report 2011-12 coloca Portugal em 45º lugar, tendo subido uma posição comparativamente ao ano passado. O índice do World Economic Forum (WEF) foi apresentado na AESE, a 7 de Setembro, numa iniciativa conjunta com a Proforum – Associação para o Desenvolvimento da Engenharia e a [FAE - Forum de Administradores de Empresas](#).

Portugal foi ultrapassado pela Itália e Lituânia, deixando para trás o Chipre, a Eslovénia e a Indonésia, ocupando a 18ª posição entre os 27 estados europeus auscultados.

De acordo com o relatório, os factores que mais contribuíram para a inversão da tendência decrescente, registada a partir de 2005, foram o acesso às Tecnologias de Informação (16º) e a

Qualidade das Infra-estruturas (12º).

Apesar da performance nalguns índices de competitividade nacional ser positiva, Portugal continua a revelar debilidade a nível macro-económico, devido à dificuldade de acesso ao financiamento, à taxa de poupança baixa (128º), ao défice público (137º), à rigidez do mercado de trabalho (140º) e pela falta de indexação entre os salários e a produtividade (112º).

Face aos dados anunciados por **Beñat Bilbao-Osorio**, Senior Economist do WEF, a Proforum, a FAE e a AESE sublinharam a necessidade de apoiar as Pequenas e Médias Empresas, fito ao aumento da competitividade e crescimento económico do país.

O encontro contou com os comen-





tários de **Carlos Martins**, Presidente da Martifer, **Ângelo Santos Paupério**, Vice-Presidente da Sonae e CEO da Sonaecom, **Rui Semedo** (27º [PADE](#)), Presidente do Banco Popular, **Pedro Ferraz da Costa**, Presidente do Forum para a Competitividade, e **Nelson de Souza** (23º [PADE](#)), Programa Compete +.

**Carlos Nuno de Oliveira**, Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, revelou ser intenção do actual Governo “ouvir as instituições e colaborar em iniciativas com o desígnio da melhoria da competitividade: O Estado tem de ver as empresas como clientes. É ainda necessário reformular o poder estatal na economia, passando de agente a regulador. O tema é fundamental para o sucesso do país nas próximas décadas.”

A Suíça, Singapura e Suécia classificaram-se nos lugares cimeiros do ranking, registando-se a queda dos EUA da 4º para a 5ª posição. ▣



Painel de empresários: Rui Semedo (Banco Popular), Carlos Martins (Martifer), Ângelo Paupério (Sonaecom), Pedro Ferraz da Costa (Forum para a Competitividade), Nelson de Souza ( Programa Compete +) e Martim Avilez Figueiredo.



Da esquerda para a direita: Pedro Carmo Costa (FAE), Paulo Variz (Ministério de Economia), Carlos Nuno de Oliveira (Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação (ao centro) e Ilídio Serôdio (Proforum).

OUTUBRO DE 2011, EM LISBOA E NO PORTO  
FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS



## PGL: dê uma volta à sua carreira

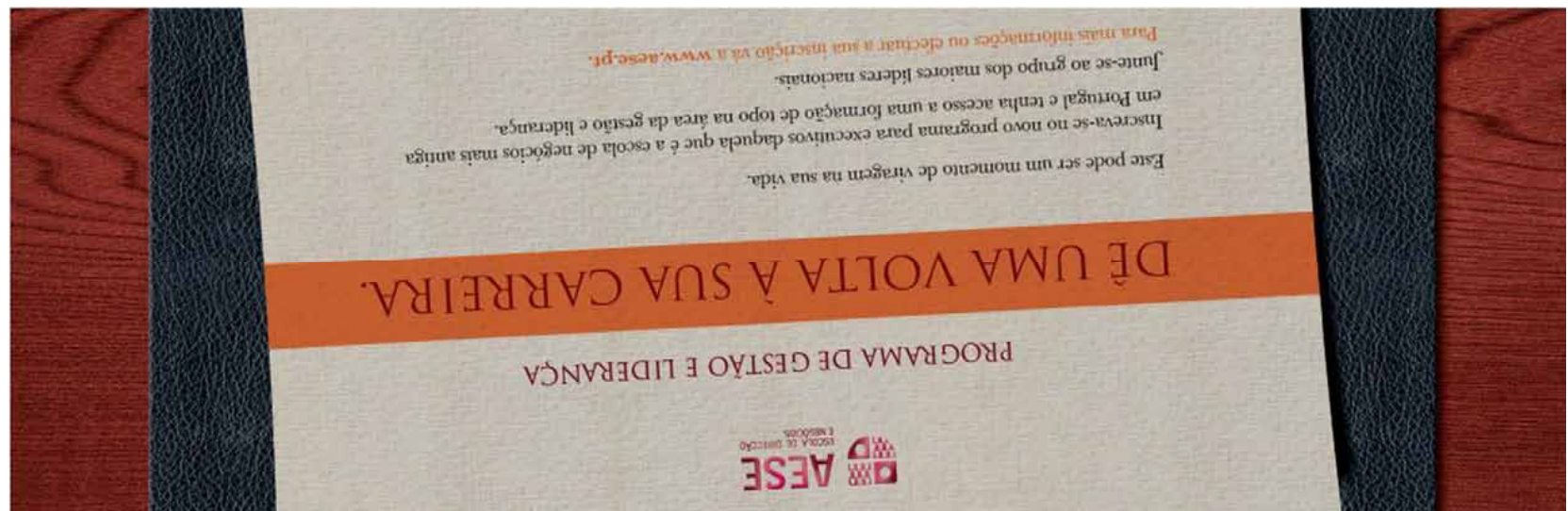
O PGL - Programa de Gestão e Liderança é o novo programa da AESE que se propõe dar uma volta à carreira dos dirigentes que, apesar de ainda terem pouco tempo de experiência em gestão de pessoas e de empresas, precisam de ganhar rapidamente conhecimentos para realizarem todo o seu potencial.

Pegando no conceito de “viragem”, a AESE lança uma campanha no Expresso “às avessas”, colocando os dirigentes mais novos em contacto com líderes e gestores de topo, naquela que é a Escola de Negócios mais antiga do país.

Venha conhecer o PGL, cuja edição em Lisboa tem início a 24 de Outu-

bro, e, no Porto, a 27 do mesmo mês. ■

Contacto: [elianalucas@aese.pt](mailto:elianalucas@aese.pt)



[02 DE NOVEMBRO, EM LISBOA](#)  
[FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS](#)

## Nova edição do PDE

A 48ª edição do [Programa de Direcção e Empresas](#) está prestes a começar. No dia 2 de Novembro, a AESE em Lisboa, recebe dirigentes de vários sectores de actividade que têm como objectivo otimizar as suas capacidades de direcção e exercitar a visão integrada da empresa para encontrarem soluções mais criativas, sobretudo em contextos de crise.

No ano lectivo 2010-11, 58% dos participantes no PDE, em Lisboa e no Porto, foram unânimes em recomendar vivamente o programa da AESE a colaboradores e amigos.

O estudo e discussão de casos reais que reflectem as estratégias adoptadas por organizações em cenários de mudança, é, desde há vários programas, complementado

com a semana de trabalho no IESE em Madrid.

Ultimamente, e por iniciativa dos próprios participantes, têm surgido iniciativas de visita às próprias empresas, em horário complementar ao PDE, e que têm contribuído para o espírito de grupo e para o contacto directo com outros negócios e empresas. ▣



[SETEMBRO DE 2011](#)[EPAS, O SELO DE QUALIDADE](#)

## EFMD renova acreditação do Executive MBA AESE/IESE

O [Executive MBA AESE/IESE](#) tem a acreditação [EPAS](#) (European Programme Accreditation System) renovada por um período de três anos.

A chancela da [EFMD](#) atesta a qualidade e a actualidade do programa de formação de líderes de elevado potencial, no âmbito

internacional. O conteúdo programático e a execução do MBA da AESE foram submetidos ao escrutínio de um júri orientado por um rigoroso processo de avaliação. A AESE mantém a sua posição entre as escolas de negócios de topo cujo MBA tem esta distinta certificação, reconhecida mundialmente. ▣

[19 DE SETEMBRO, EM LISBOA](#)

## AESE participa no Access MBA

AESE participou mais uma vez no [Access MBA Tour](#), uma feira internacional que dá a conhecer aos potenciais candidatos a oferta de programas no mercado, colocando-os em contacto directo com os responsáveis das Business Schools mais prestigiadas e acreditadas no mundo.

O [Executive MBA AESE/IESE](#) esteve representado, em Lisboa, pelos Professores: [Adrián Caldart](#), [André Vilares Morgado](#) e [Fátima Carioca](#). O evento ocorreu no dia 19 de Setembro, no Sana Lisboa Hotel, na Avenida Fontes Pereira de Melo. ▣



## AGENDA



### Seminário



**Seminário**  
**Racionalizar custos,  
repensando as  
operações**

Lisboa, 11 de Outubro

[Saiba mais >](#)

### Programa de Continuidade



**Sessão de Continuidade**  
**Multiculturalismo:  
Contributo da China  
para a economia global**

Lisboa, 27 de Setembro

[Saiba mais >](#)



**Ciclo “O Sector Florestal e a  
sua importância económica”**  
**A Fileira da Pasta e do  
Papel**

Lisboa, 18 de Outubro

[Saiba mais >](#)

## BLOG



# Partilhe connosco a sua opinião



Prof. José Miguel Pinto dos Santos

### O que é um MBA?

As empresas estão entre as organizações mais próximas da maioria de todos nós mas também, possivelmente, são das menos compreendidas. Como consumidores usamos todos os dias os seus produtos e serviços. Muitos trabalhamos em empresas e delas dependemos para obter grande parte do nosso rendimento...

#### [Ler mais](#)

Publicado no Diário Económico 12 de Setembro de 2011



Filomena Gonçalves

### Apoio solidário em cadeia

Por mera curiosidade, um destes dias li o PES. Certamente sabe do que se trata. É o Programa de Emergência Social proposto pelo actual Governo. É um documento interessante, que aborda 5 áreas fundamentais...

#### [Ler mais e comente](#)

Publicado no Blog AESE a 6 de Setembro de 2011



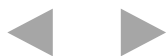
## PASSAPORTE



**Pedro E. Monteiro** (19º [PDE](#)), é o novo CFO da Martifer Metallic Constructions, no Brasil.



**Pasquale Impesi** (6º Executive MBA [AESE/IESE](#)), é o Immunology Division Director nos Laboratórios Abbott.



## PANORAMA

# Um fundador da Greenpeace explica a sua mudança

Patrick Moore foi um dos fundadores da Greenpeace no início dos anos 70. Os protestos contra as experiências das bombas de hidrogénio por parte do governo de Richard Nixon fizeram-no contactar com um grupo de ecologistas de Vancouver, cidade da zona onde nasceu. Esse seria o começo da organização.

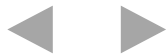
Em “Confessions of a Greenpeace Dropout: The Making of a Sensible Environmentalist”, Beatty Street Publishing Inc., Moore descreve o ambiente desses primeiros anos, em pleno apogeu do movimento *hippie*: “Cantávamos canções de protesto, bebíamos cerveja, fumávamos marijuana e passáva-

mos geralmente bons momentos”. Assim decorriam as viagens no barco de pesca que lhes deu fama internacional, sobretudo com a publicação de fotografias do ataque que sofreram da parte de barcos militares franceses, quando faziam um dos seus característicos protestos “zona zero”.

Adianta também um dado significativo: dos membros fundadores da Greenpeace, ele era o único que tinha um doutoramento em Ecologia. Pela sua fama de rigoroso nos dados e pela sua recusa de fazer inchar esses mesmos dados, ganhou a alcunha de “Doutor verdade”, que nem sempre era utilizado como um cumprimento.

No entanto, no início dos anos 80, o panorama mudou para Moore. Numa conferência sobre o meio ambiente que a ONU efectuava em Nairobi, descobriu o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Foi quando tomou consciência das duas posições que havia no seio dos activistas: os dos países desenvolvidos opunham-se por princípio ao desenvolvimento económico, enquanto que os dos países pobres eram favoráveis. “Era complicado rebater os seus argumentos”, diz referindo-se a estes últimos. E acrescenta: “uma pessoa bem alimentada tem muitas preocupações, uma pessoa faminta tem apenas uma”.





A partir desta conferência, Moore apercebeu-se de que o verdadeiro desafio era procurar o modo de fazer com que os valores ecológicos que tinham ajudado a criar, servissem para melhorar a vida das pessoas, e isto tinha de se realizar de forma a não prejudicar o desenvolvimento económico: “era uma questão de equilíbrio, de difícil equilíbrio; não de aderir dogmaticamente a um princípio”. Por outras palavras, a sua nova missão exigia ser moderado e construtivo, dois aspectos que nunca tinham caracterizado a idiosincrasia da Greenpeace: “Não tínhamos tido problemas com confrontos – tínhamos feito passes de mágica com eles –, mas não éramos bons a cooperar nem a conseguir compromissos”.

E aqui começou a distanciar-se

dos outros membros da Greenpeace: “Ao mesmo tempo que me transformava em menos militante e mais diplomata, os meus colegas tornaram-se mais extremistas e intolerantes com as opiniões discordantes na organização”.

O outro responsável pelo seu afastamento da Greenpeace foi um facto paradoxal: tendo as instituições começado a aceitar grande parte das posições do movimento verde, os seus membros foram adoptando opiniões mais radicais. “Quando a maioria das pessoas concorda com as tuas ideias razoáveis, a única forma que te resta para continuar a ser contestatário e anti-sistema é adoptar posições mais extremas”, diz Moore. Com o fim da Guerra Fria e a queda do bloco soviético, o movimento pacifista desman-

telou-se, e muitos dos seus componentes foram desembocar na Greenpeace, com ideias que tinham mais a ver com a rejeição do capitalismo e da globalização, do que com a ciência ou a ecologia.

A partir de então, o autor conduziu a guerra por sua conta. Continua a ser um ecologista activo – dirige o grupo “Greenspirit Strategies” de Vancouver –, mas modificou algumas das suas posições, e, conforme afirma, não por acomodamento, mas por realismo. O conceito que sustenta as suas novas propostas é o de sustentabilidade, que exige “compreender a espécie humana como um elemento positivo na evolução” e não como um erro fatal da Natureza.

No livro agora publicado, Moore





concretiza algumas dessas novas propostas, na sua maior parte opostas ao discurso oficial do movimento ecologista contemporâneo. Entre outras coisas, pensa que devemos plantar mais árvores e utilizar mais madeira, em vez de cortar menos árvores e usar me-

nos madeira, pois a madeira é o material renovável mais importante. Considera que a energia nuclear, que demonstrou ser limpa e segura, é essencial para o nosso futuro fornecimento energético. É favorável aos alimentos geneticamente modificados, para melhorar

a nutrição no mundo. Não vê nada de mal se os países que gozam de importantes potenciais de energia hidroelétrica construam as centrais necessárias para a explorar. E, em resumo, pensa que a pobreza é o pior problema ambiental. ■

### PANORAMA

## O futuro do microcrédito

Em 1974, a ideia do microcrédito impulsionada pelo professor cate-drático de Economia do Bangla-desh, Muhammad Yunus, constitui uma revolução no âmbito do desenvolvimento e tornou-o merecedor, em 2006, do Prémio Nobel da Paz. Passaram mais de três décadas e meia desde que o

“banqueiro dos pobres” impulsionou esta iniciativa e menos de um lustro desde que recebeu aquele galardão, e já este novo conceito de empréstimo se converteu no centro de um debate sobre o desenvolvimento e a cooperação, especialmente na Índia. O microcrédito nasceu no Bangla-

desh como alternativa aos empréstimos de utentes que pagam taxas de juro de até 100% ao ano. O sucesso do modelo do Grameen Bank, criado por Yunus em 1976 para articular a sua iniciativa, levou a que os agentes deste, inicialmente, pequeno sector, se tenham multiplicado em poucos

»»



anos e, inclusivamente, se hajam integrado, como mais um departamento, em bancos prestigiados. “Existem diversas aproximações a esta indústria em função do modelo de negócio e da estratégia de cada entidade financeira”, salienta Ricardo Olábarri Santos, especialista em micro-finanças. “Não só créditos, como também outros produtos e serviços financeiros, tipo micro-finanças produtivas, emissões de títulos ou valores mobiliários de empresas micro-financeiras ou como mais uma parte da banca de consumo.” Nos países em desenvolvimento, os microcréditos oscilam entre os 75 e os 300 dólares, dirigidos especialmente a mulheres que, por vezes, se organizam colectivamente para enfrentar a devolução das quantias recebidas. 80% dos

mais de cem milhões e meio de pessoas que receberam microcréditos estão na Ásia. A princípio, o trabalho dos grupos sem fins lucrativos e os pequenos empréstimos aos pobres pareciam um caminho promissor para que milhões de pessoas saíssem da pobreza. Mas, na busca de lucros, o micro-financiamento levou algumas empresas de todo o mundo a conceder empréstimos a camponeses pobres a taxas de juro elevadas, sem ter em conta a sua escassa capacidade de os devolver. Há alguns meses, o *International Herald Tribune* contava a história de Durgamma Dappu, uma viúva, que trabalha no campo em Madoor (Índia), a qual pedira um crédito a uma empresa privada de micro-financiamento para construir uma casa. Empréstaram-lhe 200

dólares apesar de nunca ter tido uma conta bancária nem alguma vez ter recebido um salário com regularidade. Mal tinha possibilidades de devolver o empréstimo e, para fazê-lo, teve de pedir outro empréstimo a uma empresa diferente e, a seguir, ainda a uma outra, até acumular uma dívida de 2.000 dólares. Meses depois fugiu da localidade e a sua família perdeu a sua pequena terra. “Quando se solicita o empréstimo dizem-nos que não nos preocupemos, que é fácil de devolver”, explica ao jornal, K. Shivamma, que confiava poder mudar radicalmente vários anos de perda de colheitas provocadas pela seca e que acabou por ter de vender o televisor, o telefone e até os dois búfalos que tinha comprado com o empréstimo.



Os casos de Dappu e Shivamma são dois, em milhares, que tiveram um desenlace parecido, ao ponto de muitos políticos locais terem acusado o sector de obter enormes lucros à custa dos pobres. A ideia original era que os microcréditos fossem concedidos a pequenos empreendedores locais. Estes constituíam um grupo de prestatários – na sua grande maioria mulheres – que respondiam em conjunto pela devolução dos empréstimos. Depois entraram no sector empresas que começaram a emprestar sem se preocuparem com a solvência do cliente e com as perspectivas da actividade para a qual era solicitado o crédito. Só queriam fazer dinheiro e os seus clientes ficaram muitas vezes envolvidos em dívidas.

No Estado do Andhra Pradesh, os políticos encorajaram os prestatários a deixarem de devolver os créditos. E como neste Estado se localizam 35% dos microcréditos efectuados na Índia, a crise ameaça vir a pôr em risco todo este sector.

Quem iria dizer aos bancos indianos – os quais proporcionaram cerca de 80% do dinheiro emprestado pelas empresas de microcréditos – que, depois de terem passado a salvo a grande crise financeira mundial, se veriam afectados pela elevada percentagem de incumprimento com origem nos microcréditos, atingindo um capital de 4.000 milhões de dólares?

Esta situação levou a que alguns políticos e trabalhadores sociais indianos tenham concluído que as

micro-finanças poderiam converter-se na versão indiana da derrocada das hipotecas *subprime* dos Estados Unidos. “Pode ser uma comparação exagerada quanto ao volume, mas é verdade que pelo número de pessoas potencialmente afectadas, o impacto poderia ser significativo. Contudo, a causa disso não seria unicamente a ambição desmedida de alguns micro-banqueiros, e sim a falta de regulamentação e supervisão específica das micro-finanças no país”, explica Ricardo Olábarri Santos.

Mas a regulamentação está a chegar. As taxas de juro nos microcréditos – entre 20% e 50% ao ano – são elevadas, pois existe um maior risco ao emprestar a clientes que nunca receberam um crédito e não têm propriedades. »»



Dada a situação, governos desta zona da Ásia como o do Bangladesh, limitaram a taxa de juro anual que é possível impor a estes créditos nos 27%. Na Índia e no Andhra Pradesh têm vindo a tomar-se iniciativas similares.

Apesar de serem decisões que foram tomadas pelo desejo de evitar que os pobres fiquem aprisionados pelas dívidas, segundo a revista *The Economist*, não são as mais correctas.

A análise que faz da situação o semanário inglês, conclui que forçar para a baixa as taxas de juro através do intervencionismo estatal travaria a entrada de novos prestamistas no sector e reduziria a concorrência, fazendo com que a longo prazo os pobres tivessem um acesso mais difícil, senão impossível, aos microcréditos. A

história regressaria ao ponto de partida, situação em que os mais pobres poderiam de novo ser explorados pelos ferozes prestamistas locais que proporcionam a maioria dos créditos nos países pobres (82% contra 11% emprestado por empresas de micro-finanças).

A revista *The Economist* avança como modelo de ambiente adequado para as micro-finanças, o caso do Peru, em parte porque o regulador soube definir e impulsionar regras com sucesso, permitindo um cenário mais estável para este sector.

A capacidade do microcrédito para tirar as pessoas da pobreza também é discutida entre os economistas. Dois estudos rigorosos de programas de microcrédito realizados nas Filipinas e

na Índia parecem ter concluído que não são a panaceia.

Estes estudos confirmam que o microcrédito permite aos clientes realizar compras importantes para o seu lar ou para o seu trabalho, que de outro modo não teriam podido fazer. Mas passados 18 meses, não se constata uma transformação significativa na vida dessas famílias. O microcrédito verifica-se ser mais apto para financiar actividades familiares de consumo, que verdadeiras empresas criadoras de emprego. ■

A. L.



## PANORAMA

# Cimeira Mundial do Microcrédito em 2011

A primeira Cimeira Mundial do Microcrédito, que foi realizada em Washington no ano de 1997, colocou os alicerces do que seria a actividade de microcrédito dos finais do século XX e início do século XXI. O modo de reorientar o sector do microcrédito no meio de uma crise financeira como a actual será, sem dúvida, um dos principais temas de discussão da Cimeira Mundial do Microcrédito que se realizará em Valladolid (Espanha) neste ano de 2011 (14-17 de Novembro).

O último “Informe del Estado de la Campaña de la Cumbre del Microcrédito 2009” pintava já um quadro mais sombrio da expansão

financeira em 2008 e 2009. A Campanha entrevistou vários líderes de instituições deste sector da micro-finança e houve alguns temas comuns em todas as respostas. Muitos dos inquiridos já observavam, na altura, o custo crescente e a diminuição dos fundos dos mercados comerciais e previam a crise de liquidez que o sector micro-financeiro teria de enfrentar.

### Dados

No plano mundial, em 31 de Dezembro de 2007, 3.552 instituições de microcrédito tinham servido 154,8 milhões de clientes,

dos quais 106,6 milhões se encontravam entre os mais pobres quando obtiveram o seu primeiro empréstimo. De entre estes últimos, 83,4% eram mulheres.

Das 3552 instituições micro-financeiras, 935 encontram-se na África subsariana, 1.727 na Ásia e no Pacífico, e 613 na América Latina. Nos países industrializados, existem 127 instituições na América do Norte e Europa Ocidental, e 65 na Europa Oriental e Ásia Central. ■





## DOCUMENTAÇÃO

# A mortalidade materna reduziu-se mais do que se esperava

Um estudo publicado na revista médica “The Lancet” no ano passado, conseguiu provar que, entre 1980 e 2008, a taxa de mortalidade materna global diminuiu 35%. Isso demonstra ser um problema resolúvel com recursos adequados, ao mesmo tempo que desmente a necessidade de legalizar o aborto com este objectivo.

O empenho em fazer diminuir as mortes das mulheres relacionadas com a gravidez e o parto levou as Nações Unidas a fixar, como um dos 10 objectivos do milénio, a redução em 75% da mortalidade materna até 2015.

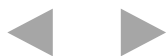
O problema é que, desde então, algumas agências das Nações Unidas, e outros organismos internacionais, converteram a estratégia para reduzir a mortalidade materna num pretexto para legalizar o aborto.

Para estes organismos, grande parte das mortes maternas tem-se devido à existência de complicações causadas pelo aborto, em especial quando este se realiza em condições deficientes. Os abortos inseguros costumam ser identificados com os clandestinos, e isso tem servido de argumento a favor de que seja legalizado o aborto nos países onde ele é

proibido ou permitido apenas a título de excepção.

Esta foi a lógica utilizada nalguns trabalhos patrocinados pelo Fundo da ONU para a população (UNFPA) ou pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Logicamente, esta posição foi aplaudida pelas organizações defensoras do aborto. Por exemplo, a International Planned Parenthood Federation (IPPF) assegura, na sua página *web*, que a mortalidade materna se reduziria facilmente através da prestação e acesso das mulheres ao aborto seguro.

»»



Chama a atenção o teor categórico deste tipo de afirmações quando comparado com a prudência que os especialistas costumam utilizar neste tema. Na realidade, há muito poucos dados fiáveis sobre a relação entre aborto e mortalidade materna. É o que explica, por exemplo, Donna Harrison, presidente da Associação Americana de Obstetras e Ginecologistas pela Vida.

### **Afastar os preconceitos**

O estudo publicado pela “The Lancet” oferece uma oportunidade de ouro para afastar os preconceitos e ver como as coisas se têm passado. Com os dados referidos, se algo fica claro é que a redução da mortalidade materna se consegue melhorando os

sistemas sanitários locais, o nível educativo e os rendimentos das mulheres.

Segundo o estudo, realizado por investigadores das Universidades de Washington e Queensland (Austrália), as mortes relacionadas com a maternidade passaram de 526.300 em 1980, para 342.900 em 2008. Isso significa que o rácio de mortalidade materna global caiu 35% nesse período.

Este trabalho oferece dados muito diferentes dos de outro estudo publicado na “The Lancet” em 2007. Tal investigação, de uma equipa de investigadores diferentes, situava o número de mortes maternas ocorridas no ano de 2005 em 535.900. Este número impedia que se falasse de uma queda da mortalidade materna.

Mas o novo estudo estabeleceu a sua conclusão graças à utilização de métodos mais precisos. Além disso, a nova equipa de investigadores trabalhou com todo o tipo de dados provenientes de óbitos, censos e estatísticas de 181 países, o que lhes permitiu acumular um volume de informação quase três vezes maior que o empregado no estudo anterior.

Embora haja apenas 23 países em vias de alcançar o ambicioso objectivo do milénio fixado pela ONU, o estudo destaca os rápidos progressos realizados por países como o Egipto, a China, o Equador e a Bolívia.

Um dado interessante é a incidência do *HIV* nas mortes maternas: entre 1980 e 2008, 60.000 mulheres grávidas morreram de SIDA. “Isto explica porque a »»



mortalidade materna está a subir no Leste e no Sul de África”, diz Christopher J. L. Murray, Director do Institute for Health Metrics and Evaluation da Universidade de Washington e um dos autores do estudo.

Entre os factores que contribuíram para reduzir as mortes relacionadas com a maternidade, o estudo destaca os seguintes: a diminuição das taxas de gravidez nalguns países; o aumento dos rendimentos femininos, que contribuem para melhorar a alimentação e o acesso aos cuidados de saúde; a melhoria do nível educativo das mulheres; e a crescente disponibilidade de cuidados prestados por especialistas durante o parto.

Também teve muita influência na descida da taxa de mortalidade

materna global o facto de ter melhorado em países tão populosos como a China e a Índia. Na China, passaram de cerca de 144-187 mortes por cada 1.000 nascimentos em 1980, para 35-46 em 2008. E, na Índia, a descida foi de 408-1.080 mortes por cada 1.000 nascimentos em 1980, para 154-395 em 2008.

### **Optimismo, sob pressão**

Os resultados do estudo provocaram uma injeção de optimismo na comunidade científica, sobretudo por conseguirem fazer dissipar os receios de se estar perante um problema irresolúvel. “A mensagem principal é que, pela primeira vez numa geração, há provas de um constante e bem vindo progresso”, disse Richard

Horton, editor da “The Lancet”, na apresentação do estudo.

Os impulsionadores do mito da mortalidade materna provocada pelo aborto é que não gostaram. Horton explicou ao “International Herald Tribune”, ter recebido pressões de defensores dos “direitos reprodutivos” da mulher para a “The Lancet” atrasar a publicação do estudo.

O motivo que alegaram, segundo Horton, é que nos meses seguintes se ia realizar uma série de conferências sobre a saúde materna: uma, no seio da ONU; e outras duas, em Washington e Londres. Além disso, constata-se que, nas Assembleias Gerais das Nações Unidas, este é um daqueles temas “onde a ciência e o activismo costumam entrar em conflito”, conclui Horton.

»»



### Dinheiro, para quê?

Horton confia que a investigação se venha a traduzir em consequências políticas. Na sua opinião, os governos deveriam interrogar-se sobre o destino que dão ao dinheiro e as estratégias que promovem para reduzir as mortes relacionadas com a gravidez e o parto.

Neste sentido, não deixa de ser inquietante o acordo que o Governo espanhol assinou, no ano passado, com o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); um organismo que, segundo o *ABC*, se manifestou contra as restrições ao aborto em 18 Estados mexicanos.

Segundo o novo acordo, o Governo espanhol destinará ao UNIFEM, em três anos, um total

de 99,5 milhões de euros. Já tinha assinado convénios parecidos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em geral, estes três organismos tendem a colocar a estratégia para reduzir as mortes relacionadas com a maternidade como se fosse um dilema entre liberalizar ou restringir o aborto. Mas a verdade é que a correlação entre a legalização do aborto e baixo índice de mortalidade materna tem pouco fundamento.

Como demonstra o estudo publicado na "The Lancet", países com leis permissivas do aborto podem coexistir com uma subida da mortalidade materna. Por exemplo, os Estados Unidos passaram

de 12 mortes por cada 1.000 nascimentos em 1980, para 17 em 2008; o Canadá oscila entre as 6 e as 7; e a Noruega subiu de 7 para 8. Acrescente-se ainda que países onde existem leis restritivas, como a Irlanda, podem ter uma mortalidade baixa. ■

J. M. V.



DOCUMENTAÇÃO

## Atender as pessoas dependentes exigirá mais gastos e prestadores

A OCDE acaba de publicar um relatório que concretiza o que implicará o atendimento às pessoas dependentes, em consequência do actualmente imparável envelhecimento dos países mais desenvolvidos. A despesa pública poderia duplicar e, inclusivamente, triplicar daqui até 2050. Isto exigirá aos governos ajustar as suas políticas orçamentais.

Sem entrar em aspectos muito técnicos e definições jurídicas, consideram-se dependentes as pessoas que necessitam de uma ajuda externa para acções vitais quotidianas. Exigem a prestação de um conjunto de cuidados

permanentes, por falta de capacidade física, cognitiva ou funcional. Pode incluir ajuda para a manutenção da casa ou para a satisfação das obrigações administrativas, crescentes também no mundo de hoje.

Segundo o relatório, intitulado “Help Wanted? Providing and paying for long-term care”, actualmente, metade das pessoas dependentes tem mais de 80 anos (4% da população). Mas aproximar-se-á dos 10% da população em 2050. As percentagens mais altas acontecerão no Japão (17%) e na Alemanha (15%). E a despesa continuará a crescer,

sendo actualmente nos países da OCDE de 1,5% do PIB, embora haja notórias diferenças de alguns países para outros, desde os 3,6% da Holanda para os 0,1% de Portugal.

### Serviços de apoio a prestadores de cuidados de saúde familiares

Além do problema económico – também o relativo aos que abandonam a sua ocupação profissional para cuidar das pessoas próximas –, o relatório salienta a necessidade de formar pessoal especializado no tratamento das

»»



peças dependentes. Durante muito tempo, especialmente nos países latinos, essa tarefa circuncreveu-se ao âmbito familiar. Na zona da OCDE, mais de um adulto de 50 anos, em dez, ajuda uma pessoa funcionalmente limitada, normalmente de forma não remunerada. Quase dois terços são mulheres. A ajuda que recebem é quase apenas simbólica: o reconhecimento da sua utilidade social e da dificuldade do seu papel.

Além de ajudas concretas, seria preciso estabelecer serviços de apoio, para a formação própria e o acompanhamento psicológico (é elevada a incidência de problemas de saúde mental), assim como a possibilidade de recorrer periodicamente a centros de cuidados. Os especialistas consideram que

é possível implementar estas soluções a custos relativamente baixos, com o apoio, também frequente, do voluntariado. Tudo isto acarreta grandes vantagens para os beneficiários dos cuidados, que preferem ser atendidos por parentes e amigos. E, à partida, constitui uma grande poupança para o Estado. Daí a conveniência de fomentar essas medidas intermédias, como as prestações familiares e a facilitação do trabalho a tempo parcial, que levam a que a entrada em estabelecimentos residenciais seja limitada a casos extremos. Como recorda o relatório, estes constituem 62% dos gastos, embora 70% das pessoas dependentes sejam atendidas na sua casa. Mas não será fácil manter esta possibilidade – tão normal durante

muito tempo – perante as dificuldades provocadas pela crise da família em tantos países ocidentais.

### **Contratar seguros**

Em tempos mais recentes, os postos de trabalho desempenhados por pessoas alheias à família, são submetidos a uma ampla rotação, ocupados muitas vezes por imigrantes não qualificados: um em cada quatro, na Austrália, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e um em cada dois, na Alemanha, na Áustria, na Grécia, em Israel e em Itália.

Fala-se já de um sector da dependência, que empregaria entre 1% e 2% da população activa. Em muitos países, esta percentagem irá duplicar em meados do século »»



XXI. Não será fácil, na opinião da OCDE, recrutar novos trabalhadores e assegurar a sua permanência no sector. As suas condições de trabalho terão de melhorar muito.

Segundo o relatório, os governos devem encontrar um equilíbrio entre a oferta de atendimento de qualidade – que os cidadãos exigem cada vez mais no âmbito

da saúde pública e no conjunto da segurança social – e a sua viabilidade económica.

Por outro lado, será preciso favorecer a adequada utilização das diversas estruturas de cuidados de saúde e de atendimento de longa duração, coordenando actividades dentro e fora dos centros hospitalares. Nesse contexto, é essencial a informação

que é prestada aos dependentes e às suas respectivas famílias.

Existe igualmente a possibilidade de contratar seguros para cobrir a dependência futura. De momento, nos Estados Unidos e em França, 5% e 15%, respectivamente, dos maiores de 40 anos de idade, subscreveram apólices para assegurar o risco da futura dependência pessoal. ■

### DOCUMENTAÇÃO

## **Os cuidados paliativos, uma carência nos países em desenvolvimento**

Dos 58 milhões de pessoas que morrem anualmente, 48 falecem nos países em desenvolvimento, e a grande maioria delas não tem

um sistema de cuidados de saúde paliativos. Salienta-o um artigo de Priya Shetty na revista médica “The Lancet”, no ano passado.

De facto, em países como a Índia, este tipo de cuidados só se tornaram visíveis graças às actividades de entidades privadas,

»»



de voluntários ou de ONGs. É o caso de Kerala, um Estado do Sul do país, que conta actualmente com dois terços de todos os centros de cuidados paliativos da Índia. Em 1993, a Pain and Palliative Care Society implementou um programa – com financiamento do Estado – de educação para profissionais de saúde e voluntários. Como resultado, o Estado de Kerala foi um dos primeiros a modificar a restritiva política de acesso à morfina e outros derivados do ópio recomendados para o tratamento da dor em doentes terminais. Em 2008, além disso, adoptou uma política geral sobre os cuidados paliativos muito mais avançada do que a da maioria do restante território indiano.

Houve igualmente alguns avanços em África. O governo do Uganda mostrou nos últimos anos uma atitude mais positiva perante o tratamento específico da dor. Assim, em 2004, alterou as suas leis para permitir, às enfermeiras e aos especialistas no acompanhamento de doentes terminais, prescreverem morfina.

O problema da falta de atendimento específico aos doentes terminais tem muito que ver com os entraves para a distribuição nos hospitais de certos produtos, especialmente os opiáceos, por medo do seu potencial de dependência ou de se vir a generalizar uma utilização inadequada. Segundo explica Shetty, um potente produto anti-dor como a morfina não está disponível em mais de 150 países, apesar de a

Organização Mundial de Saúde o incluir entre os fármacos essenciais. Em muitos destes países, o analgésico mais eficaz a que têm acesso os doentes que deles necessitam é o paracetamol ou a aspirina.

Contudo, o acesso aos opiáceos não é o único problema que enfrentam os cuidados paliativos nos países em desenvolvimento

### **Formação de especialistas**

Outro dos desafios deste ramo da medicina é a formação de profissionais competentes. Ranjana Srivastava, oncologista do Southern Health de Melbourne, atribui a falta de pessoal preparado ao modo como se ensina a medicina: “Em muitos países desenvolvidos, o currículo oficial »»





presta muita atenção, teoricamente, à comunicação entre médico e doente, mas este aspecto da saúde [os cuidados paliativos] continua a ser encarado como um apêndice circunstancial na formação do médico, em vez de o ser como uma parte nuclear”.

Por isso, no Trivandum Institute of Palliative Sciences – o centro pioneiro na Índia – oferecem cursos práticos a médicos e enfermeiras. Estes cursos incluem períodos de visitas a outros hospitais e a casas particulares.

Por seu turno, médicos de dois hospitais britânicos – o Douglas House Hospice e o Severn Hospice, respectivamente –, elaboraram um *kit* de cuidados paliativos que podem ajudar inclusivamente em sítios onde o tratamento da dor é quase inexistente.

### **Atitude do médico perante a morte**

Priya Shetty adverte também no seu artigo que, quando a medicina é encarada como a luta contra a doença a qualquer preço, a morte converte-se num fracasso absoluto: “enquanto se tiver esse conceito da morte, vai ser sempre difícil falar de como morrer bem”, reflecte Srivastava. Infelizmente, esta cultura está muito arraigada entre os médicos, que foram formados para proporcionar esperança, mas entendida só em termos de prolongar a vida. Daí se evitam as conversas com os doentes que possam vir, assim, a descobrir claramente a sua situação terminal, substituindo-as por trocas de impressões eufemísticas que só conseguem confundir o enfermo.

Outra moda neste campo consiste em deixar ao doente a escolha do tratamento que pretende lhe seja aplicado. Para Susan Block, especialista em cuidados paliativos do Dana-Farber Cancer Institute de Boston, esta prática implica que se lhes imponha uma carga de responsabilidade para a qual não estão preparados. ■

**Partilhe com a AESE as suas  
questões, Notícias e Passaporte  
(elianaalucas@aese.pt)**

#### **AESE Lisboa**

Júlia Côte-Real  
Telemóvel (+351) 939 871 256  
Telefone (+351) 217 221 530  
Fax (+351) 217 221 550  
j.cortereal@aese.pt  
Edifício Sede, Calçada  
de Palma de Baixo, n.º 12  
1600-177 Lisboa

#### **AESE Porto**

Carlos Fonseca  
Telefone (+351) 226 108 025  
Fax (+351) 226 108 026  
carlos.fonseca@aese.pt  
Rua do Pinheiro Manso,  
662-esc. 1.12  
4100-411 Porto

#### **Seminários**

Filomena Gonçalves  
Telemóvel (+351) 939 939 639  
Telefone (+351) 217 221 530  
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

#### **Alumni**

Abdel Gama  
Telefone (+351) 217 221 530  
abdelgama@aese.pt

Formulário de novas adesões:

[www.aese.com.pt/cancelamento](http://www.aese.com.pt/cancelamento)

[www.aese.com.pt/adesao](http://www.aese.com.pt/adesao)

**[www.aese.pt](http://www.aese.pt)**